

Sexualidade e saúde na América Latina

Direitos Tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina.

COSTA, Albertina de Oliveira (org.).

São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Prodir/Ed. 34, 1997.

A coletânea *Direitos Tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*, organizada por Albertina de Oliveira Costa - no quadro do Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe (PRODIR II) -, traz a público problemas importantes do cotidiano sexual e reprodutivo de mulheres e homens, os quais, por diferentes vias, sensibilizam e mobilizam estudiosas/os dos diversos países deste continente.

Reunindo a diversidade e a peculiaridade das questões de saúde, sexualidade e reprodução do continente latino-americano, ele próprio marcado por contrastes regionais importantes, as pesquisas que resultaram neste livro contemplam países bem diferentes entre si como Porto Rico, El Salvador, Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Bolívia, Peru. É possível situá-lo como produto legítimo de um período pós-megas-conferências mundiais, no qual as mulheres, como principais atoras políticas, colocaram a força, os sentimentos e a fragilidade da existência na pauta das políticas públicas - tornando factível, em escala planetária, as conquistas e desafios do movimento feminista contemporâneo em suas diversas matizes -, apontando problemas, prioridades e fazendo propostas para a transformação das relações de gênero. Estes fatos marcaram, em diferentes escalas e interesses políticos, não só o privilegiamento de determinados temas de estudo ligados à emergência de novos problemas sociais, como também, na maioria dos casos, a orientação de financiamentos de pesquisas.

Sob a égide de um mundo globalizado, as particularidades e diferenças nunca se fizeram tão presentes. No caso da sexualidade e da saúde reprodutiva as peculiaridades podem ser (re)conhecidas, considerando-se que as relações de gênero também se constroem com base em uma dinâmica múltipla, incluindo fato-

res sociais, econômicos, culturais, políticos, históricos e subjetivos. Dinâmica esta que parece ganhar força no contexto latino-americano pelo seu variado e riquíssimo panorama, dando espaço para uma produção própria a este contexto.

Constatando que a noção de direitos no continente é tardia e não (re)conhecida, os textos desta coletânea abordam a sexualidade e a saúde reprodutiva numa perspectiva mais abrangente, tanto ao retomarem as discussões de problemas clássicos tais como aborto, contracepção versus religiosidade, como ao apresentarem novos problemas, dos quais, a maternidade em mulheres portadoras do vírus HIV e a postura masculina frente à reprodução, são bons exemplos.

Conforme o artigo de D. Knauth, a maternidade em mulheres infectadas pelo vírus HIV traz ao debate não só a afirmação da identidade de gênero pela descendência, mas, também, a afirmação da vida, visível na dolorosa luta de mães e pais pela saúde de seus filhos/as infectados/as, fazendo-os esquecer da própria doença e de que foram eles/as mesmos/as que a transmitiram. A discussão da realização da maternidade reaparece neste artigo, em seu caráter mais transcendente, como afirmação da vida diante da certeza da morte potencializada pela doença fatal.

Já a pesquisa sobre assédio sexual no trabalho - Um Problema Antigo com uma História Recente, segundo o artigo de A. L. Kornblit e M. Petracci - mostra que persiste um consenso do assédio como abuso de poder ou de autoridade de um sexo sobre o outro, embora as representações entre homens e mulheres argentinos/as a respeito do problema sejam diferentes: os homens considerando-o como "o resultado não-desejado da atração natural entre os sexos" e as mulheres "como consequência do desrespeito de um superior, geralmente masculino".

Estes dois artigos evidenciam que a sexualidade permeia a saúde reprodutiva e que esta, evidentemente, está associada à experiência da maternidade e da paternidade, em última instância, a esfera dos afetos. Por outro lado, a abordagem da sexualidade em situações extremas ressalta a articulação do sexo com o poder. No caso da guerrilha de El Salvador, o artigo de N. Vasquez et all. evidencia os preconceitos sexistas e moralistas dos dirigentes da FMLN em

relação à conduta sexual dos militantes, causando impactos na vida sexual das guerrilheiras. Subjacentes a estas questões, as relações de gênero - violentas ou não, mas certamente hierarquizadas e de poder - abrem caminho para uma análise mais profunda entre os sexos, tornando a noção de saúde reprodutiva uma concepção a ser analisada entre e intra-gêneros, tanto no espaço privado como público. Esta abordagem tem como vantagem ampliar a concepção de saúde reprodutiva e sexualidade, via de regra considerada como restrita ao interesse cognitivo do universo feminino.

Os artigos de A. M. Villa e de I. Palma e C. Quilodrán, da Argentina e do Chile respectivamente, reforçam a idéia que a percepção masculina sobre a saúde reprodutiva é marcada por um imaginário (talvez latino-americano?) no qual este assunto se configura como assunto das mulheres. Além disso, apontam para uma preocupação crescente das pesquisas deste campo em compreender melhor a identidade dos homens. Esta preocupação, apoiada na perspectiva relacional da categoria gênero - isto é, que a compreensão da situação social dos homens pode contribuir para a compreensão da situação social das mulheres -, corre o risco de superestimar o conhecimento sobre os homens e enfatizar o pólo dominante das relações de gênero, deixando de problematizar a própria relação.

O artigo de A. M. Villa expressa em alguns momentos esta ambigüidade, enfocando depoimentos de homens que reforçam noções dominantes masculinas bem conhecidas - dúvida da paternidade biológica fundada na desconfiança de infidelidade da parceira; desconhecimento sobre a reprodução; um imaginário onde as mulheres aparecem como sujeitos moralizadores e organizadores da vida doméstica - e, de outro lado, localizam uma certa fragilidade dos homens no que se refere à auto-construção de uma imagem de abandono afetivo, passível de justificar atitudes abusivas, comportamentos descompromissados. Já o artigo de I. Palma e C. Quilodrán, fazendo uma abordagem destas questões através da paternidade adolescente, dá lugar a uma análise que possibilita a construção da relação **paternidade-maternidade**, não tão centrada no pólo dominante.

As preocupações das posturas religiosas no campo da saúde reprodutiva e da sexualidade não poderiam faltar no contexto latino-americano, considerando a importância do fenômeno religioso neste continente. O artigo de M. D. Machado mostra como a questão da

moral sexual é tratada por católicos e evangélicos no Rio de Janeiro, evidenciando que nos grupos estudados "a separação entre o exercício da sexualidade e a procriação parece ser uma tendência", o que demonstra a possibilidade da manutenção de uma forte religiosidade, sem interferência na vida sexual dos fiéis. As conclusões deste artigo apontam para mudanças significativas na relação religiosidade/sexualidade.

As questões relativas às visões masculinas sobre o corpo feminino são retomadas pela peruana M.E. Manarelli que, através de uma perspectiva histórica, analisa estas concepções no discurso médico do início do século XX em Lima. O artigo destaca como a visão higienista substitui as explicações de origem divina "pelas verdades da Biologia" e mostra que esta postura, mais moderna e secular, não esconde a misoginia e o controle sobre o corpo e a sexualidade feminina.

A relação do trabalho com os direitos reprodutivos das mulheres foi analisada no artigo de Vera Soares que, pesquisando as cláusulas relativas às trabalhadoras nos acordos e convenções coletivas dos sindicatos de São Paulo, nos mostra que, apesar de uma maior participação das mulheres nas lutas sindicais e de uma maior interação entre "práticas feministas e sindicalistas", a ausência das trabalhadoras do "processo que envolve a elaboração e negociação das reivindicações" é uma constante. As dificuldades quotidianas das trabalhadoras pesquisadas de conciliar maternidade e trabalho - aliás, um clássico problema das relações de gênero - demonstra que a integração dos direitos reprodutivos no âmbito geral dos direitos trabalhistas ainda está por ser feita.

A retomada das discussões sobre o aborto, neste livro, deve ser compreendida no âmbito da recrudescência da luta a favor da descriminalização do aborto no continente. Três artigos abordam a questão do aborto sobre diferentes prismas, contribuindo para enriquecer um debate já existente. O primeiro artigo recoloca a questão, inúmeras vezes debatida e sempre esquecida, do aborto como problema de Saúde Pública nos países do sul, relacionado com a falta de serviços de saúde de qualidade destinados às mulheres em busca de contracepção; esta situação na Bolívia foi analisada por A. Colón et al. O segundo artigo retoma uma discussão política de primeira hora: a ameaça da perda dos direitos adquiridos. Porto Rico é emblemático neste caso, pois lá ocorre uma ofensiva contra a conquista do direito ao abor-

to, conforme o artigo de M. Parras e S.Rance¹. O terceiro texto reforça a necessidade de um resgate histórico para chegarmos a um maior conhecimento da situação política do aborto, fornecendo mais subsídios ao debate público atual; neste caso a situação do Uruguai é exemplar, pois teve um breve período de legalização do aborto nos anos 30, conforme mostra o artigo de G. Sapriza.

Se muitos dos problemas tratados neste livro podem ser (re)conhecidos em outras socie-

¹ Cabe lembrar que Porto Rico e Cuba são os dois únicos países da América Latina nos quais o aborto é legalizado.

dades, eles adquirem caráter especial na América Latina, não só por seu estágio de desenvolvimento sócio-econômico e pelas suas características culturais, mas, sobretudo, pela peculiaridade da construção das relações de gênero num contexto onde a cidadania está por ser alcançada em todo seu vigor. Abrindo e (re)aprofundando o debate, esta coletânea pode ser útil, também, para informar, analisar e contribuir na formação de uma consciência crítica entre homens e mulheres, sobre o que ocorre no campo da saúde reprodutiva latino-americana.

LUCILA SCAVONE ■